

A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SOB O VIÉS DOS MERCADOS INSTITUCIONAIS

DANIELLE FARIAS DA SILVEIRA¹; MOEMA ZAMBIASI²; GERMANO EHLERT POLLNOW³; DAIANE ROSCHILDT SPERLING⁴; FLAVIO SACCO DOS ANJOS⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – danisilveiraf@hotmail.com;

²Universidade Federal de Pelotas – Gerente RE UFPel - mzambiasi@gmail.com;

³Universidade Federal de Pelotas – germano.ep@outlook.com;

⁴Universidade Federal de Pelotas - daianesperling@hotmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – saccodosanjos@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Convencionalmente admite-se que o rural brasileiro se encontra dividido entre dois mundos, de um lado, o âmbito do agronegócio, produtor de commodities, fortalecido por uma vasta representação junto aos governos, por outro a agricultura familiar, tradicional produtora do alimento que chega aos lares de toda população, e que embora tenha suas estruturas representativas, estas não dispõem da mesma capacidade de articulação e poder junto aos governos na busca de seus interesses.

Nesta perspectiva, o modo progressista de delinear políticas públicas, implantado na última década, pelos governos Lula/Dilma, permitiu o fortalecimento da agricultura familiar e o vislumbre da promoção de um desenvolvimento um pouco mais sustentável do rural, valorizando esta categoria a partir de políticas públicas bastante relevantes.

Possuindo o rural e seus habitantes, forte impacto na geração de trabalho e renda, em muitos lugares do Brasil, nos propomos a discutir a questão do desenvolvimento territorial a partir do impacto de políticas públicas (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE) que ganharam ênfase durante a última década. Essa reflexão toma por base e objeto de reflexão a experiência dos Restaurantes-Escola (RE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), os quais vêm operando como mercado institucional desde o ano 2013, ou seja, adquirindo a produção consumida em seu interior junto às organizações associativas da agricultura familiar de Pelotas e região.

2. METODOLOGIA

Os dados da pesquisa foram obtidos a partir de levantamento realizado junto ao setor responsável pela elaboração de editais das chamadas públicas do RE-UFPel e por operar as compras institucionais propriamente ditas. Realizamos a montagem de um banco de informações contendo a origem e quantidade de produtos adquiridos, bem como o valor repassado a cada uma das organizações participantes. Paralelamente realizamos uma revisão bibliográfica dos temas que norteiam os assuntos aqui abordados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2006), a agricultura familiar brasileira possui em torno de 4.366.267 estabelecimentos, com área média de 18,34 hectares, ocupando uma superfície de 80,10 milhões de

hectares do território brasileiro. No caso do Rio Grande do Sul (RS) esse recorte equivale a 85,3% das propriedades rurais, as quais refletem o peso social e econômico e a importância numérica da agricultura familiar nessa unidade federativa (SCHNEIDER e WAQUIL, 2004, p.137). Diante destes dados, se reveste de importância a elaboração de políticas públicas que vislumbrem a promoção do desenvolvimento territorial, atendendo às milhões de famílias de agricultores que ocupam as regiões rurais do país. Através da análise deste território, permeado de suas multiplicidades, Santos e Silveira (2001, p.301) estabelecem que “O território é uno, o que significa que o seu movimento é solidário”, motivando à reflexão da ideia de que a promoção do desenvolvimento dentro do território, com ênfase em políticas públicas voltadas à agricultura familiar, é capaz de repercutir externamente aos espaços rurais.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) emitiu, em seu relatório de 1997, recomendação acerca das relações que deverão nortear os processos de desenvolvimento através de políticas públicas, estimulando práticas que apoiem à ação coletiva, valorização comercial e que as regras econômicas possam ser alteradas através de regulamentações e incentivos financeiros (VEIGA, 2002). Ao referenciarmos políticas públicas que visem o desenvolvimento territorial perpassando o rural como espaço de aplicação, pode-se identificar “[...] uma estratégia de desenvolvimento baseada na formação de tecidos territoriais densos e variados no interior do País [...]” (ABRAMOVAY, 2000, p.14). Neste tocante, se observa que existe, por parte do governo brasileiro, uma disposição em apropriar-se do enfoque territorial, principalmente quando se trata de políticas voltadas ao rural e à agricultura familiar (TONNEAU e SABOURIN, 2007).

Os mercados institucionais, formados para assegurar uma adequada comercialização dos produtos da agricultura familiar, têm como objetivo “[...] atuar simultaneamente em questões como a inserção socioproductiva, segurança e educação alimentar, geração de trabalho e renda, incentivo à agroecologia, etc.” (BECKER E SACCO DOS ANJOS, 2015, p.144). Apontando na mesma direção, Grisa e Schneider (2015, p.39) aludem que: “[...] ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar [...]”. Assim os mercados institucionais, podem favorecer o desenvolvimento sustentável e a ampliação das oportunidades de reprodução social das famílias implicadas, Deves e Rambo (2013) reiteram que a implantação desta política pública leva à diversificação, garantindo segurança alimentar ao agricultor e mais autonomia para atuação nos mercados.

Podemos citar a experiência das compras institucionais da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), que adquire os produtos para elaboração das refeições fornecidas em seus Restaurantes Escola (RE-UFPEL), através das práticas preconizadas pelo PNAE, e que vem sendo apontado como um marco de referência e fonte inspiradora para o surgimento de iniciativas similares em outras universidades e órgãos da administração pública (SILVEIRA et al, 2017). Programas como o PAA e o PNAE preconizam relações comerciais que se dão dentro dos territórios, aonde a preferência é dada a produtores regionais, bem como à cultura alimentar do território. Embora se sugira que o caminho da participação na construção de políticas, seja a melhor via para promoção do desenvolvimento territorial (TARTARUGA, 2008), as relações promovidas no PNAE criam espaços de pertencimento e desempenham o papel de “mediação entre a sociedade e as instituições”.

As aquisições dos produtos se dão através de Chamada Pública, sendo que as instituições habilitadas devem comprovar, por meio de documentação, o seu vínculo efetivo com a agricultura familiar. Tal condição prevê a apresentação de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) jurídica das associações e cooperativas, bem como a Certificação de Produção Orgânica, quando assim for o caso. Nos critérios de seleção é destacada a priorização de agricultores que produzam orgânicos, devidamente organizados em associações e cooperativas, seguidos por aqueles que produzam no sistema convencional, e por fim, aqueles que não estejam vinculados a organizações. Ainda com relação aos critérios de seleção, são priorizados agricultores familiares pertencentes, em ordem de importância, ao âmbito municipal, regional, estadual e nacional. Para além desses critérios, os grupos organizados em torno de mulheres são vistos como estratégicos dentro do objetivo de trabalhar em favor da equidade de gênero.

Desta análise vigora a percepção de que através das associações e cooperativas é atingido um número maior de agricultores, seja pela aquisição direta dos produtos de cada propriedade, seja pelo fortalecimento das organizações e das redes constituídas em torno a elas. Ao priorizar agricultores locais criam-se dispositivos que podem promover o desenvolvimento econômico e social da região. O volume de recursos oriundos desta verba federal acaba por circular dentro do seu território de aplicação, criando tecido social e vínculos entre os atores envolvidos.

Das compras institucionais do RE-UFPel seis cooperativas vêm participando regularmente, quais sejam, Cooperativa Agrícola do Monte Bonito (COOPAMB), Cooperativa Agropecuária de Arroio do Padre (COOPAP), Cooperativa Sul Ecológica (Sul Ecológica), Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul (COOPAR), Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul (CAFSul), e Cooperativa União (União). Algumas delas precedem a essa iniciativa, enquanto outras passaram a atuar justamente a partir da criação deste mercado. Os dados da Tabela 1 indicam que entre os anos 2015 e 2017 a UFPel realizou compras equivalentes a R\$ 1.824.627,27, o qual se distribuiu de modo desuniforme entre as seis cooperativas participantes.

Tabela 1: Valores destinados por cooperativa

| Cooperativa | Valores em Reais | | |
|---------------|------------------|------------|------------|
| | 2015 | 2016 | 2017 |
| Cooperativa 1 | 8.876,89 | 22.563,54 | 21.690,00 |
| Cooperativa 2 | 24.032,00 | 131.852,24 | 122.862,67 |
| Cooperativa 3 | 36.022,31 | 116.340,47 | 159.148,89 |
| Cooperativa 4 | 37.520,70 | 81.196,80 | 120.278,30 |
| Cooperativa 5 | 80.456,00 | 118.963,99 | 84.419,95 |
| Cooperativa 6 | 103.837,87 | 254.148,35 | 300.416,30 |
| Total | 290.745,77 | 725.065,39 | 808.816,11 |

Fonte: Dados RE-UFPel

Esta análise dos valores aplicados regionalmente traz à reflexão da relevância deste tipo de política pública, ao possibilitar que este volume considerável de recursos houvesse sido investido regionalmente, ao mesmo tempo em que amplia as perspectivas de produtores familiares.

4. CONCLUSÕES

Os estudos sobre os impactos das políticas públicas praticadas através dos mercados institucionais apenas dão seus primeiros passos. O presente trabalho se insere dentro desse esforço, tratando-se de pesquisa em andamento que começa a colher resultados sobre a importância de uma iniciativa liderada pela UFPel dentro de sua área de influência. Além de assegurar a compra antecipada da produção gerada pelos agricultores familiares e centralizada por suas organizações, é preciso prestar atenção ao que tal iniciativa representa em termos de aprendizagem e de inovação social.

Ao pensarmos o desenvolvimento em sua acepção territorial, a expectativa é que se criem mecanismos capazes de movimentar a economia, fortalecer vínculos e preservar a cultura regional. É mister reconhecer a valorização da identidade de famílias, cujas energias se voltam para uma vocação – a produção de alimentos – que lhe é tão peculiar dentro do território Zona Sul do Rio Grande do Sul.

5. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n° 2, abril/junho 2000.
- BECKER, Cláudio; SACCO DOS ANJOS, Flavio. São os mercados institucionais da agricultura familiar um instrumento para o desenvolvimento rural? Estudo de caso em municípios do sul do Brasil. **Revista de la Facultad de Agronomía**, Buenos Aires, Vol 114 (Núm. Esp. 1): 143-152, 2015.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001, 9ª Ed, 474 p.
- SCHNEIDER, Sérgio; WAQUIL, Paulo. Desenvolvimento agrário e desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: uma caracterização socioeconômica a partir dos municípios. **IN: Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação. Verдум et al.**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, 127-145.
- SILVEIRA, Danielle Farias da; ZAMBIASI, Moema; ET. AL. Comida boa sacia a fome e promove inclusão social: a experiência das compras institucionais no RU da UFPel. In. XIX Encontro da Pós-Graduação, 2017, Pelotas. **Anais...** Pelotas: UFPel, 2017, p.1-4.
- TARTARUGA, Ivan GP. Território e participação: apontamentos para o desenvolvimento territorial rural no Brasil. **A Emergência da Multiterritorialidade – a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008, p. 145-159.
- TONNEAU, Jean-Philippe; SABOURIN, Eric. Elementos de síntese e perspectivas. 2007. TONNEAU, Jean-Philippe; SABOURIN, Eric.(Orgs.) **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos**. UFRGS, 2007, 281-310.
- VEIGA, José Eli da. A face territorial do desenvolvimento. **Interações (Campo Grande)**, v. 3, n. 5, p.5-19, 2002.